

PARECER N° , DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento n° 376, de 2014, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que *solicita sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre dos itens 9.1 a 9.3 e respectivos subitens, contidas no Acórdão n° 2.395, de 2013 – TCU – Plenário.*

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e considerando o Ato da Mesa n° 1, de 2001, apresentou o Requerimento n° 376, de 2014, no qual solicita ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os itens 9.1 a 9.3 e respectivos subitens, contidas no Acórdão n° 2.395, de 2013 – TCU – Plenário.

O Acórdão do TCU n° 2.395, de 2013, foi encaminhado ao Senado Federal por meio do Aviso n° 74/2013 (n° 1.552, de 2013, na origem), o qual foi distribuído apenas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O referido Acórdão diz respeito à auditoria operacional realizada pela Secretaria de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria (Seaud) em parceria com a Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex/PE) entre 15 de outubro de 2012 e 14 de dezembro de 2012, a fim de averiguar se a estratégia de execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no país está de acordo com os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e se atende aos



princípios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Cumprе destacar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária designou, em 06 de fevereiro de 2014, a nobre Senadora ANA AMÉLIA relatora do Aviso nº 74, de 2013, a qual apresentou Parecer sugerindo à CRA que tome conhecimento do feito; remeta o processado ao arquivo; e encaminhe requerimento de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1 a 9.3, contidas no Acórdão do TCU nº 2.395, de 2013. A proposta da Senadora ANA AMÉLIA foi aprovada pela CRA em 03 de abril de 2014 e motivou a elaboração do Requerimento nº 376, de 2014, o qual é objeto deste Parecer.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal (CF), de 1988, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ademais, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal podem encaminhar pedido de informações a Ministros de Estados e qualquer titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

No caso em tela, trata-se de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento das determinações do Tribunal de Contas da União sobre os itens 9.1 a 9.3 e respectivos subitens, contidas no Acórdão nº 2.395, de 2013 – TCU – Plenário.

A nosso ver, o Requerimento atende ao que dispõe o art. 50, § 2º, da Carta Magna, bem como ao art. 216 do RISF, obedecendo, portanto, às normas de admissibilidade dos requerimentos de informações a Ministros de Estado. Especificamente, quanto ao disposto no inciso I do art. 216, não há o que obstar, uma vez que a matéria encontra-se entre aquelas sujeitas à competência fiscalizadora do Congresso Nacional.



Cumpre destacar, também, que a proposição em análise não dispõe de informações sigilosas, o que exigiria rito de tramitação específico. Com efeito, em consonância com o art. 215, I, o Requerimento depende de decisão da Mesa.

Em suma, o Requerimento nº 376, de 2014, obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informação a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que disciplina o tema.

III – VOTO

À luz do exposto, voto **favoravelmente** à *admissibilidade e ao encaminhamento* do Requerimento nº 376, de 2014.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

